

ATA DA 23ª ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSELHO CONSULTIVO DOS PARQUES NACIONAIS DE APARADOS DA SERRA E DA SERRA GERAL

Aos trinta dias do mês de junho de dois mil e oito, às quatorze horas e trinta minutos, em segunda chamada, reuniram-se no auditório do Sindicato dos Produtores Rurais de Jacinto Machado/SC, os membros do Conselho Consultivo dos PARNA's de Aparados da Serra e da Serra Geral, para tratar dos seguintes assuntos: 1- Renovação do Conselho Consultivo para os próximos dois anos; 2- Alterações no Regimento Interno e na Portaria de nomeação do Conselho.

Abrindo a Assembléia (AGO), o presidente do Conselho Consultivo lê a ata da 22ª reunião, sendo ela em seguida aprovada pelos presentes, sem alterações. Informa também que a partir da próxima Assembléia a leitura de ata não será mais efetuada, pois será encaminhada com antecedência aos participantes, pelo correio eletrônico, buscando-se com isso uma maior objetividade e economia de tempo nas Assembléias. Citando a idéia surgida de se construir uma página (homepage) dos Parques Nacionais, relatou que foi informado pela sede que há a possibilidade de se elaborar um projeto, porém a construção da página é centralizada por Brasília; frisou ainda que o Conselho possui a prerrogativa de elaborar sua própria homepage, de forma independente, desde que não a vincule às Unidades de Conservação.

A seguir, como primeiro item da pauta, o presidente do Conselho discorreu sobre o tema, frisando a necessidade de se fazer uma reedição da Portaria que institui o Conselho, pelo fato de haver algumas incorreções e desatualizações frente ao Regimento Interno elaborado posteriormente, perguntando se há consenso quanto a isso; sugeriu maior foco das alterações nos comitês setoriais. Andrews (CONTUR) inquiriu sobre a forma de participação dos atores dentro dos comitês setoriais do segmento de Turismo e questionou a representatividade dos atores dentro dos comitês que incluem empresas de hotelaria e alimentação. Alexandre (ONG Curicaca) lembrou também os possíveis contratemplos ocorrido com a portaria em Brasília, ao que o presidente garantiu que as deliberações ali estabelecidas seriam confirmadas e publicadas na nova Portaria (a ser editada), reiterando a necessidade de concluí-las nessa AGO. Questionou-se ainda a paridade dos membros do Conselho entre os setores público e privado, sendo ressaltado que o número do privado é maior, impossibilitando a paridade pela inexistência de membros suficientes do setor público aptos a participar do Conselho. O mesmo lembrou que a distinção é oficialmente entre os setores governamental e não governamental. Essa paridade não foi questionada em portaria, segundo o presidente, não havendo, portanto, motivo para se alterar a composição do Conselho. Andrews sugeriu que as empresas de turismo deveriam ter uma instituição que as representasse, e que esta então compusesse o comitê setorial, para evitar a defesa de interesses próprios específicos, em detrimento de outro setor também do segmento de turismo, como é o caso das Associações de Condutores. Isso iria eventualmente exigir o aumento do número de representantes titulares no Conselho Consultivo, assunto que foi discutido com argumentos prós e contras.

Com o objetivo de racionalizar a composição dos comitês setoriais à representatividade existente, no âmbito do Regimento Interno, o presidente sugeriu, como uma das medidas, a fusão dos comitês dos Residentes dos Parques e o dos Moradores do Entorno num só, pelo interesse em comum e pelo fato da perspectiva de indenização, e conseqüente saída dos primeiros. Outra sugestão sua, nesse sentido, seria a realocação da AETURCS ao comitê setorial de turismo e da ACEVAM ao comitê setorial das empresas de produção, defendendo junto ao representante daquela entidade (Paulo Selau) o comum interesse às outras em desenvolver ou fomentar atividades produtivas na Zona de Amortecimento dos Parques. Henry questionou o porquê de diferentes setores de um mesmo segmento, no caso o de turismo, terem interesses diferentes no âmbito do Conselho, frisando que a representatividade não deveria ser proporcional ao número de representantes, mas sim coerente com o segmento face aos interesses da UC. Jean Perrot sugeriu que todos os presentes se apresentassem, querendo constatar o interesse pelas AGO's e pelo Conselho.

A seguir foi discutida a exclusão ou não de algumas entidades do Conselho, frente à ausência dos respectivos representantes nesta AGO, lembrando o presidente que essa questão havia sido deliberada na AGO anterior, o que legitimaria eventuais exclusões, uma vez que todas elas foram comunicadas a respeito, com antecedência suficiente, através dos correios e por meio eletrônico. Lembrou que a entidade, desde que se manifeste formalmente, poderá continuar participando das AGOs e receber as atas, porém não terá representante oficial. No comitê setorial de Educação e Pesquisa foram definidas então as quatro entidades componentes, obedecendo a essa norma. O presidente ressaltou que existe ainda a possibilidade de determinado comitê ser extinto, caso não haja a representatividade necessária, podendo ocorrer eventuais realocações de entidades isoladas para outros comitês.

O presidente conferiu os ofícios encaminhados e a presença ou não dos respectivos representantes na AGO, comunicando vários contatos havidos por diferentes entidades, de variados comitês. Voltou-se à discussão sobre o comitê de Turismo e sua representatividade por empresas de turismo e associações de condutores, com apenas dois titulares, alegando os empresários que há muitos deles em relação ao número de associações, configurando uma desproporção dentro do comitê. Concordaram então em ampliar o comitê de Turismo em mais duas vagas de titulares. O presidente introduziu o pleito da AMESC (Associação dos Municípios Sul Catarinenses) no Conselho e em qual comitê ela seria enquadrada, sugerindo no de Comitês de Fóruns. Alexandre lembrou que ela seria do setor governamental, não sendo coerente com aquele comitê, que é não governamental. Como não se chegou a um consenso sobre a categoria da entidade, o presidente defendeu incluí-la provisoriamente nesse comitê, ficando a entidade sem o titular até que sua categoria seja definida. Solicitou então que os conselheiros definissem os titulares dentro dos respectivos comitês, que foi apresentada posteriormente, seguindo-se um debate a respeito da titularidade/vacância/suplência no âmbito de cada comitê. Com relação à composição final dos comitês setoriais no âmbito do Conselho, ficaram definidas as seguintes mudanças: o comitê das empresas de produção foi extinto, pela falta de representatividade/interesse pelo Conselho; a AETURCS foi incluída no comitê do segmento de turismo; os comitês das comunidades do entorno e o da população residente foram fundidos num só comitê; foi ampliado de 2 para 4 o número de representantes titulares do comitê dos segmentos de turismo. Essas mudanças provocaram a diminuição no número total de representantes do Conselho Consultivo de 34 para 32, além do presidente.

Ficaram assim definidos os comitês e seus respectivos titulares (T):

1 – ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS

1.1 – ICMBio:

1.1.1 – Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral/ICMBio/MMA.....1 representante

1.2 – GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL:

1.2.1 – Secretaria do Turismo, Esporte e Lazer (SETUR).....1 representante

1.2.2 – Secretaria do Meio Ambiente (representada pela DEFAP).....1 representante

1.2.3 – Comando Ambiental da Brigada Militar (3 BABM-Pelotão de Canela).....1 representante

1.3 – GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA:

1.3.1 – Secretaria do Turismo, Cultura e Esporte (representada pela SANTUR).....1 representante

1.3.2 – Secr. Do Desenvolvimento Econômico Sustentável (representada pela FATMA).1 representante

1.3.3 – Companhia de polícia de Proteção Ambiental da PM (CPPA/Maracajá)..... 1 representante

1.4 – MUNICÍPIO DE CAMBARÁ DO SUL / RS:

1.4.1 - Secretaria de Turismo, Desenvolvimento Econômico, Cultura e Desporto.....1 representante

1.4.2 – Secretaria de Administração.....1 representante

- 1.4.3 – Secretaria da Educação.....1 representante
1.4.4 – Secretaria da Agricultura e Pecuária.....1 representante

1.5. MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE / SC:

- 1.5.1 – Secretaria de Esporte e Turismo.....1 representante
1.5.2 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.....1 representante

1.6 – MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO / SC:

- 1.6.1 – Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças.....1 representante
1.6.2 – Secretaria de Agricultura, Irrigação e Meio Ambiente.....1 representante

2 – ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS

2.1 – COMITÊ SETORIAL DE ENTIDADES DE EXTENSÃO, EDUCAÇÃO E PESQUISA.....4 representantes

- 2.1.1 – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de SC (EPAGRI) - SC (T)
2.1.2 – Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) – RS (T)
2.1.3 – Escola Agrotécnica Federal de Sombrio (EAFS) – SC (T)
2.1.4 – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – RS
2.1.5 – Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC) – SC (T)

2.2 – COMITÊ SETORIAL DO SEGMENTO DE TURISMO.....4 representantes

- 2.2.1 – Associação de Condutores Locais de Ecoturismo (ACONTUR) – CS/RS (T)
2.2.2 – Refúgio Ecológico Pedra Afiada (REPA) – PG/SC (T)
2.2.3 – Cânion Agência de Viagem e Turismo Ltda – CS/RS
2.2.4 – Montanha Equipamentos – Neyton Reis Filho ME – POA/RS
2.4.5 – Associação Praiagrandense de Condutores de Ecoturismo (APCE) – PG/SC (T)
2.4.6 – Associação Tigre Preto de Condutores Locais e Guias de Turismo – JM/SC
2.4.7 – Risco Zero – RS
2.4.8 – Associação de Empreendedores Turísticos de Cambará do Sul (AETURCS) – CS/RS (T)

2.3 – COMITÊ SETORIAL DAS ENTIDADES TRABALHADORAS.....2 representantes

- 2.3.1 – Sindicato Rural de Cambará do Sul – CS/RS (T)
2.3.2 – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Praia Grande – PG/SC (T)
2.3.3 – Sindicato dos Produtores Rurais de Jacinto Machado – JM/SC

2.4 – COMITÊ SETORIAL DAS COMUNIDADES DO ENTORNO E POPULAÇÃO RESIDENTE
.....2 representantes

- 2.4.1 – Associação de Moradores de Morro Agudo e Morro Grande – CS/RS (T)
2.4.2 – Associação dos Colonos Ecologistas do Vale Mampituba – PG/SC
2.4.3 – Associação Comunitária Mãe dos Homens – (T)

2.5 – COMITÊ SETORIAL DAS ENTIDADES AMBIENTALISTAS.....2 representantes

- 2.5.1 – Associação Ambiental Projeto Curicaca – RS (T)
2.5.2 – ONG Sócios da Natureza – SC (T)

2.6 – COMITÊ SETORIAL DAS ENTIDADES RECREATIVAS SEM FINS LUCRATIVOS

-2 representantes
- 2.6.1 – Associação Cânions da Serra Geral (ACASERGE)
- 2.6.2 – Associação Brasileira de Canionismo (ABCañion) (T)
- 2.6.3 – Federação Gaúcha de Montanhismo (FGM) (T)

2.7 – COMITÊ SETORIAL DOS COMITÊS E FÓRUNS..... 2 representantes

- 2.7.1 – Comitê estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (CERBMA) – RS
- 2.7.2 – Comitê de Gerenciamento da bacia hidrográfica do Rio Araranguá – SC (T)
- 2.7.3 – Conselho Municipal de Turismo de Cambará do Sul (COMTUR) – CS/RS (T)

O presidente comunicou então que encaminhará a todos, por e-mail, as alterações no Regimento Interno e a minuta da Portaria, para que sejam processados os devidos ajustes ou sugestões de alteração, para então encaminhar via processo para a publicação da Portaria. Informou também que nos próximos dias 06 a 09/julho estaria com o Sr. Sérgio Brant para juntos estudarem os posicionamentos de uso público perante as indicações de emendas parlamentares referentes a novos recursos aos Parques. Lembrou que não incluiu esse dado na pauta por se tratar de um fato ainda incipiente, e que o fará tão logo tenha uma confirmação. Citou ainda o agendamento de reunião do colegiado das UCs do RS, nos dias 10 e 11 de julho, em Rio Grande, com o objetivo de se definir orçamentos e ações técnicas relativas ao ICMBio. Disse estar pleiteando a inclusão do PNAS como Unidade Gestora de algumas UC's do RS, o que agilizaria a descentralização de recursos, melhorando sobremaneira a autonomia e as condições gerais de trabalho no PNAS. Comunicou a possível vinda da presidente interina do ICMBio, Silvana Canuto, após aquela reunião, nos dias 12 e 13, ao PNAS, lembrando a importância de uma visita como essa.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por finalizada esta Assembléia Geral Ordinária.

Jacinto Machado, 30 de junho de 2008.